

**O ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA POR BOMBEIROS MILITARES DO
ESTADO DO TOCANTINS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE
CAPACITAÇÃO**

**PREHOSPITAL CARE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES
BY THE MILITARY FIREFIGHTERS OF TOCANTINS STATE:
CHALLENGES AND TRAINING STRATEGIES**

CARLOS EDUARDO ALMEIDA SILVA

Tecnólogo em Segurança Pública (Unitins).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3529383011580152>

ORCID - <https://orcid.org/0009-0002-9205-5983>

Email: cadusilvaa07@gmail.com

MATHEUS VASCONCELOS ALENCAR

Tecnólogo em Segurança Pública (Unitins).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9724665171501761>

ORCID - <https://orcid.org/0009-0003-9371-8176>

Email: matheusgpi1@hotmail.com

IGGOR GABRIEL DA SILVA LANDINHO

Tecnólogo em Segurança Pública (Unitins).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4846569208233471>

ORCID - <https://orcid.org/0009-0008-0627-8878>

Email: iggorgabriel@gmail.com

ANDREY VIANA GOMES

Mestre em Ensino Em Ciências e Saúde

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1676762772156005>

ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-7977-1830>

Email: profandreyiana@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda os principais desafios e estratégias no Atendimento Pré-hospitalar (APH) voltado a pessoas com deficiência. Conforme revisão de literatura, foram selecionadas fontes que tratam de comunicação com pacientes com deficiência auditiva e visual, adaptações para deficiências físicas, capacitação de equipes pré-hospitalares e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo é subsidiar profissionais da segurança pública e da saúde no aprimoramento de práticas inclusivas, propondo estratégias de comunicação, treinamento e atendimento às ocorrências com tal diversidade de pacientes e/ou vítimas.

Palavras-chave: Atendimento Pré-Hospitalar. Deficiência. Inclusão. Diversidade. Comunicação.

Abstract: This article examines the principal challenges and strategies associated with prehospital care for persons with disabilities. Through a systematic review of the literature, sources addressing communication with patients who have hearing and visual impairments, adaptations for physical disabilities, the training of prehospital teams, and recommendations from the World Health Organization (WHO) were selected. The study aims to inform public safety and health professionals in the enhancement of inclusive practices by proposing evidence-based communication methods, training frameworks, and clinical approaches for incidents involving this heterogeneous patient population.

Keywords: Pre-Hospital Care. Disability. Inclusion. Diversity. Communication.

Introdução

O socorro emergencial fora do hospital (APH) é vital em situações críticas, oferecendo amparo imediato a quem sofre traumas ou males clínicos. A perícia nessas ações depende do conhecimento e da adesão a normas específicas para cada caso (NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS, 2025). A situação se torna ainda mais complexa com pessoas com deficiência, que exigem cuidado sob medida e métodos personalizados para assegurar um socorro eficaz e atencioso (PHTLS, 2023).

Em solo brasileiro, o Censo Demográfico de 2022, feito pelo IBGE, indicou que cerca de 14,4 milhões de brasileiros com dois anos ou mais se declararam com alguma deficiência (IBGE, 2022). Essa parcela da população, que abrange quem tem dificuldades de visão, audição, mobilidade e pessoas com TEA, é bem mais frágil em emergências e catástrofes. Estudos da UNDRR mostram que pessoas com deficiência têm até quatro vezes mais chances de falecer em desastres, por causa de entraves no acesso à informação, comunicação e locomoção (UNDRR, 2013; UNDRR, 2023).

Com este panorama, a questão é: quais os maiores desafios dos bombeiros do Tocantins ao socorrer pessoas com deficiência? A análise dos manuais e regras de APH em uso, como os do Ministério da Saúde, AHA, NAEMT e dos Corpos de Bombeiros Estaduais, mostra uma falha em orientações voltadas às peculiaridades físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais desses pacientes (NAEMT, 2023). Essa falta vai contra a equidade do SUS (Brasil, 2025) e os direitos da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), confirmada pelo Brasil (Brasil, 2009), e pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Este trabalho visa analisar os desafios e sugerir caminhos para aprimorar o APH de pessoas com deficiência pelos bombeiros no Tocantins. Serão tratadas as dificuldades de comunicação, adaptação de equipamentos e formação das equipes, buscando ajudar profissionais da segurança e da saúde a aplicar práticas mais inclusivas e eficientes. A estrutura deste documento inclui esta introdução, a metodologia de revisão da literatura, o desenvolvimento que detalha desafios e avanços, e a conclusão que resume as descobertas e sugestões.

Metodologia

Este trabalho se configura como uma revisão bibliográfica, pensada para descobrir, examinar e reunir dados já publicados sobre os obstáculos e as táticas no socorro emergencial a indivíduos com limitações. O objetivo do método é juntar o saber já existente, notar falhas e sugerir caminhos para otimizar os métodos de inclusão no contexto do atendimento inicial.

A busca pelas fontes foi realizada nas bases de dados científicas SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Scholar. Foram utilizados os descritores, de forma combinada e isolada, em português: “Atendimento Pré-Hospitalar E Deficiência”, “APH E Inclusão”, “Comunicação E Paciente Surdo” e “Bombeiros E Acessibilidade”. O processo de seleção priorizou artigos científicos, teses, dissertações e manuais técnicos publicados nos últimos 15 anos para garantir a atualidade da discussão, embora documentos legais sem limite de tempo, como a Convenção da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão, tenham sido incluídos como fontes primárias. A triagem inicial baseou-se na leitura de títulos e resumos, sendo selecionados para análise completa os materiais que abordavam diretamente os desafios, estratégias e protocolos do APH para pessoas com deficiência.

As fontes selecionadas abordam especificamente a comunicação com pacientes com deficiência auditiva e visual, adaptações para deficiências motoras, treinamento de equipes e recomendações de órgãos internacionais, como a OMS. Após a seleção, os materiais foram lidos e avaliados criticamente, a fim de extrair informações sobre falhas nos protocolos atuais, a importância da comunicação adaptada e a necessidade de equipamentos especiais. Os dados obtidos foram resumidos e organizados para fundamentar a discussão e as conclusões deste estudo.

Desenvolvimento, resultados e discussão

As intervenções de resgate do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) prestam suporte básico

ou suporte avançado de vida para vítimas acometidas por algum evento traumático ou eventos clínicos que exijam dos resgatistas conhecimento prévio e o cumprimento de protocolo operacional para cada situação específica, encerrando com o transporte a um estabelecimento de referência (NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS, 2025).

Nesse contexto, durante a avaliação individual do paciente, é observada situação da vítima, inclusive a existência de alguma limitação física, sensorial ou mental que exija atenção especial no atendimento para estabelecer prioridades nas intervenções necessárias (PHTLS, 2023).

É de comum acordo na bibliografia que as pessoas com deficiência necessitam de preparo técnico, ética e abordagem o mais individualizada possível, pois cada vítima exige um tratamento diferenciado para garantir maior eficiência na ocorrência (PHTLS, 2023), como exemplo durante uma abordagem em paciente pediátrico que seja permitido a criança levar um objeto de sua estima para manter a calma e proporcionar maior segurança (Brasil, 2016).

Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 14,4 milhões de brasileiros com 2 anos ou mais declararam ter algum tipo de deficiência, considerando 198,3 milhões de pessoas nesta faixa-etária. Além disso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, no terceiro trimestre de 2022 foram estimadas 18,9 milhões de pessoas com deficiência com dois anos ou mais (IBGE, 2022).

Dentre essas estatísticas, 7,9 milhões de pessoas possuíam dificuldade em enxergar (mesmo usando óculos ou lentes de contato); 5,2 milhões para andar ou subir degraus; 2,7 milhões para pegar pequenos objetos ou abrir e fechar tampas e 2,6 milhões para ouvir. Ademais, foram contabilizadas 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), cerca de 1,2% da população (IBGE, 2022).

As pessoas com deficiência estão entre os grupos mais vulneráveis em emergências e desastres, sofrendo antes, durante e após tais eventos. Estudos da United Nations Office For Disaster Risk Reduction (UNDRR) apontam que pessoas com deficiências têm de duas a quatro vezes mais chances de morrerem em desastres (UNDRR, 2023).

Isso se deve a fatores como as barreiras de acesso à informação e comunicação, pois alertas de emergência muitas vezes não possuem acessibilidade (ausência de Libras, audiodescrição, linguagem simples, entre outros); dificuldade de evacuação e mobilidade, visto a ausência de acesso para cadeira de rodas durante evacuações, transporte adaptado e população consciente dos planos de gerenciamento de desastres (UNDRR, 2013).

Quais são os principais desafios enfrentados pelos bombeiros militares do Tocantins no atendimento pré-hospitalar de pessoas com deficiência?

Os principais manuais e protocolos utilizados pelos profissionais do APH — como os editados por instituições como o Ministério da Saúde do Brasil, a American Heart Association (AHA), o National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT) e os próprios Corpos de Bombeiros Militares Estaduais — não contemplam, de forma sistemática, orientações adaptadas às particularidades físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais desses pacientes, ainda que traga pontualmente informações sobre casos especiais e suas particularidades (NAEMT, 2023).

Essa lacuna contradiz os princípios da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme definido pelo Ministério da Saúde, que preconiza que pessoas em diferentes condições devem receber atenção proporcional às suas necessidades específicas (Brasil, 2025). Ademais, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, reforça o direito dessas pessoas a um atendimento em saúde acessível, seguro e sem discriminação.

A ausência de manuais específicos de APH contribui para a insegurança e hesitação dos profissionais. Como exemplo desta lacuna, cita-se o Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – MABOM-APH (2^a ed., 2024) do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais que apesar de um avanço significativo na padronização dos procedimentos operacionais em contextos de atendimento pré-hospitalar, não trouxe, em todo o documento, citação ou menção ao atendimento específico de pessoas com deficiência ou necessidades especiais. O manual introduz protocolos detalhados para avaliação e estabilização clínica e traumática, porém não destaca aspectos essenciais da acessibilidade e da comunicação inclusiva (CBMMG, 2024).

Um aspecto positivo a ser destacado é a utilização de alguns equipamentos no atendimento de pessoas com deficiência, que existem nas viaturas de resgate do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO), como os colares cervicais reguláveis e de tamanhos variáveis que têm papel fundamental na imobilização da cervical em eventos traumáticos, pois o tamanho ideal utilizado garante uma imobilização eficiente; cadeira de rodas dobrável (Fig. 1) que permite o manejo de vítimas com mobilidade reduzida e até mesmo as talas moldáveis que podem ser ajustadas anatomicamente para diferentes situações. No entanto, há equipamentos igualmente essenciais que ainda não estão disponíveis nas viaturas, como suportes acolchoados, rampas de acesso mais bem projetadas, além da necessidade de um treinamento contínuo e atualizado para que as equipes estejam preparadas para lidar com as particularidades desse público (Caro, 2020).

Figura 1. Cadeira de rodas dobrável



Fonte: Hospicrr - catálogo de produtos (2025).

Essas implementações estruturais e uso de equipamentos, facilitam o atendimento para as vítimas com necessidades especiais, no entanto ainda é perceptível a lacuna estrutural que compromete a qualidade e segurança do atendimento para a sociedade.

Um grande avanço na comunicação inclusiva, é a elaboração do Termo de Parceria que o CBMTO com a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) desde 2021, com a finalidade de que os militares ao ingressarem na instituição possam ser formados em nível superior pela Unitins. Por meio deste nível superior, os militares recebem, dentre outras disciplinas, aulas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com o intuito de desenvolverem uma compreensão básica desta para o exercício da profissão.

Por meio do conhecimento em Libras, os militares podem garantir a acessibilidade comunicacional, um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), promover um atendimento humanizado, direcionado e acolhedor, reduzindo a chance de equívocos, oferecer um atendimento de qualidade (SOARES, 2024) e fortalecer o vínculo de confiança.

Torna-se urgente a revisão e ampliação dos conteúdos formativos e operacionais no âmbito do APH, com a inclusão de módulos específicos sobre comunicação alternativa, manejo comportamental, técnicas de imobilização adaptada e demais aspectos relevantes ao atendimento de pessoas com deficiência. Tal medida contribuiria para uma atuação mais ética, técnica e inclusiva dos profissionais de emergência. Além da implementação e atualização de equipamentos que permitam um tratamento mais eficiente e humano (Brasil, 2015).

Cabe destacar que o atendimento inclusivo não se limita ao acesso físico das vítimas ao serviço de atendimento de emergência, mas a capacidade de compreender e oferecer uma resposta para cada demanda individual de maneira satisfatória, respeitada cada limitação que possa existir.

Logo, a discussão elucida o atendimento pré-hospitalar e seus desafios de pessoas com deficiência vão além da questão material: necessita principalmente de capacitação, planejamento, sensibilidade institucional e elaboração de protocolos técnicos específicos do tema valorizando a dignidade da pessoa humana.

Detalhamento dos Desafios no Atendimento Pré-Hospitalar

Barreiras de Comunicação

A comunicação eficaz é um pilar fundamental no Atendimento Pré-Hospitalar (APH), especialmente quando se trata de indivíduos com deficiência. As barreiras comunicacionais podem comprometer significativamente a avaliação inicial, a compreensão das necessidades do paciente e a aplicação de intervenções adequadas, resultando em desfechos menos favoráveis e aumentando a vulnerabilidade desses indivíduos em situações de emergência (CONDESSA, 2020; RODRIGUES, 2019).

Para pessoas com deficiência auditiva, a ausência de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma das principais barreiras. Em um cenário de emergência, a impossibilidade de se comunicar verbalmente ou por meio de sinais pode gerar ansiedade, medo e dificultar a obtenção de informações cruciais sobre o histórico médico, sintomas e localização da dor. Embora o documento original mencione a inclusão de aulas de Libras na formação de militares do CBMTO, a proficiência e a disponibilidade de intérpretes em campo ainda representam um desafio significativo (PORTAL, 2021; CAMPOS, 2020). A comunicação não se limita apenas à fala, mas também à capacidade de compreender e ser compreendido, o que para a pessoa surda, muitas vezes, depende da visualização da Libras ou de outros recursos visuais.

No caso de pessoas com deficiência visual, a comunicação deve ser pautada na descrição verbal clara e detalhada do ambiente, dos procedimentos a serem realizados e da presença de outras pessoas. O toque guiado e a verbalização de cada etapa do atendimento são essenciais para proporcionar segurança e orientação. A falta de treinamento específico para lidar com essas particularidades pode levar a abordagens inadequadas, que aumentam o estresse do paciente e dificultam a colaboração (PESSOA, MANTOVANI, JÁCOME, 2023).

Indivíduos com deficiência intelectual ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam desafios comunicacionais que exigem abordagens ainda mais individualizadas. A linguagem simples, a repetição de informações, a paciência e a observação atenta de sinais não verbais são cruciais. Muitas vezes, a comunicação alternativa e aumentativa (CAA) pode ser empregada, utilizando pranchas de comunicação, aplicativos ou dispositivos que auxiliam na expressão de necessidades e sentimentos. A APAE (2023) destaca a importância dos sistemas de CAA como ferramentas vitais para indivíduos com dificuldades de fala e linguagem. A compreensão das particularidades sensoriais de pessoas com TEA, como a hipersensibilidade a sons ou toques, também é fundamental para evitar crises e garantir um atendimento humanizado (RABELLO, 2024).

A ausência de acessibilidade nos alertas de emergência, como a falta de audiodescrição ou linguagem simples, também constitui uma barreira de comunicação primária, impedindo que pessoas com deficiência recebam informações vitais em tempo hábil, conforme apontado pela UNDRR (2013). A superação dessas barreiras exige não apenas a capacitação técnica dos socorristas, mas também uma mudança cultural que valorize a comunicação inclusiva como um direito fundamental e um componente essencial da qualidade do APH.

A análise dos manuais e protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) em uso no Brasil, incluindo aqueles editados por instituições como o Ministério da Saúde, American Heart Association (AHA), National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT) e os próprios Corpos de Bombeiros Militares Estaduais, revela uma lacuna significativa na abordagem sistemática das particularidades de pessoas com deficiência (RABELLO, 2024). Embora possam conter informações pontuais sobre casos especiais, a ausência de diretrizes específicas e detalhadas para o atendimento a indivíduos com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais é uma barreira substancial para a prestação de um serviço inclusivo e eficaz (SILVA, 2023).

Essa deficiência nos protocolos contraria os princípios da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a atenção proporcional às necessidades específicas de cada indivíduo (BRASIL, 2025). Além disso, vai de encontro aos direitos garantidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), ratificada pelo Brasil, que assegura o direito a um atendimento de saúde acessível, seguro e sem discriminação. A falta de padronização e a

ausência de orientações claras podem levar à insegurança e hesitação por parte dos profissionais, impactando diretamente a qualidade e a segurança do atendimento prestado (MOTA, 2024).

Um exemplo notório dessa lacuna é a constatação de que manuais importantes, como o Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – MABOM-APH do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG, 2024), apesar de seu avanço na padronização de procedimentos, não abordam de forma explícita o atendimento a pessoas com deficiência. Essa omissão resulta na falta de destaque para aspectos cruciais como acessibilidade e comunicação inclusiva, que são essenciais para um atendimento completo e humanizado. A implementação de protocolos específicos, que considerem as diversas tipologias de deficiência e suas demandas particulares, é fundamental para garantir que os socorristas possuam as ferramentas e o conhecimento necessários para agir de forma assertiva e respeitosa em todas as situações de emergência (LOPEZ, 2021).

Equipamentos e Infraestrutura

A disponibilidade de equipamentos adaptados e uma infraestrutura acessível são cruciais para garantir a eficácia e a humanização do APH para pessoas com deficiência. O documento original menciona a existência de colares cervicais reguláveis, cadeiras de rodas dobráveis e talas moldáveis nas viaturas do CBMTO como aspectos positivos. No entanto, ressalta a ausência de outros equipamentos essenciais, como suportes acolchoados e rampas de acesso mais bem projetadas (CARO, 2020). Essa lacuna estrutural compromete a qualidade e a segurança do atendimento, evidenciando a necessidade de investimentos e atualizações.

Além dos itens já citados, a literatura e as melhores práticas internacionais apontam para a necessidade de uma gama mais ampla de equipamentos e adaptações. Isso inclui macas adaptadas que permitam o transporte seguro e confortável de indivíduos com diferentes tipos de deficiência, dispositivos de elevação para facilitar a movimentação de pacientes com mobilidade reduzida, e kits de comunicação de emergência que contenham pranchas com símbolos, letras e imagens para auxiliar na interação com pessoas com deficiência intelectual ou dificuldades de fala (FERREIRA; ALVES, 2024). A acessibilidade das viaturas de resgate também é um ponto crítico. A adaptação de veículos para facilitar o embarque e desembarque de cadeiras de rodas e outros equipamentos de mobilidade é fundamental para garantir que o transporte seja realizado de forma digna e segura (ABRAVE, 2023).

A infraestrutura dos locais de atendimento, mesmo que temporários, também deve ser considerada. A criação de espaços com menor estímulo sensorial para pessoas com TEA, a garantia de iluminação adequada para a leitura labial e a sinalização tátil para pessoas com deficiência visual são exemplos de adaptações que podem fazer uma diferença significativa. A falta de tais recursos não apenas dificulta o trabalho dos socorristas, mas também pode agravar o estado de estresse e desconforto do paciente, comprometendo a eficácia do atendimento e a recuperação (CASTRO, 2023). Portanto, a implementação de uma política de aquisição e manutenção de equipamentos adaptados, aliada à adequação da infraestrutura, é um passo indispensável para a construção de um APH verdadeiramente inclusivo.

Estratégias de Capacitação e Treinamento para um APH Inclusivo

A capacitação contínua e aprimorada dos profissionais de APH são elementos cruciais para superar os desafios no atendimento a pessoas com deficiência. O treinamento deve ir além das técnicas básicas de primeiros socorros, abrangendo aspectos psicossociais, éticos e legais que garantam um atendimento verdadeiramente inclusivo e humanizado (SILVA, 2023; CAMPOS, 2020).

A implementação de modelos de treinamento inclusivo é fundamental. Simulações realísticas, por exemplo, podem ser empregadas para expor os socorristas a cenários que envolvam diferentes tipos de deficiência. Nessas simulações, atores ou bonecos que representam pessoas com deficiência podem ser utilizados para criar situações autênticas, permitindo que os profissionais pratiquem a comunicação adaptada, o manejo de equipamentos específicos e a tomada de decisão em contextos desafiadores. O feedback pós-simulação é vital para aprimorar as habilidades

e corrigir possíveis falhas na abordagem (BRAZILIAN JOURNALS, 2023). Além disso, módulos de educação continuada, tanto online quanto presenciais, devem focar em temas como ética no atendimento à pessoa com deficiência, legislação pertinente, técnicas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), e o manuseio correto de equipamentos adaptados. A inclusão de pessoas com deficiência e suas associações na elaboração e execução desses treinamentos é essencial para garantir que as necessidades reais e as perspectivas dos usuários sejam consideradas, promovendo um aprendizado mais relevante e eficaz (EDUCAMUNDO, 2025).

Impacto da Formação em Libras e Outras Habilidades Comunicacionais

A formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a iniciativa do CBMTO com a UNITINS, representa um avanço significativo. No entanto, o impacto dessa formação pode ser ampliado. Além de facilitar a comunicação direta com pessoas surdas, o aprendizado de Libras pode aumentar a sensibilidade e a empatia dos militares, promovendo uma compreensão mais profunda das experiências de pessoas com deficiência. Para manter a proficiência e garantir a efetividade, são necessários cursos de aprimoramento contínuo e a criação de um corpo de bombeiros com especialização em Libras, que possa atuar como referência e suporte em ocorrências que envolvam a comunidade surda. Adicionalmente, o treinamento deve incluir técnicas de comunicação para pessoas com deficiência visual (descrição verbal detalhada), deficiência intelectual (linguagem simples, repetição) e TEA (identificação de sinais de estresse, manejo sensorial), garantindo que todos os socorristas estejam aptos a interagir de forma respeitosa e eficaz com a diversidade de pacientes (PESSOA, MANTOVANI, JÁCOME, 2023).

Legislação e Direitos da Pessoa com Deficiência no Contexto do APH

A garantia de um atendimento pré-hospitalar (APH) inclusivo e acessível para pessoas com deficiência não é apenas uma questão de humanização, mas também um imperativo legal, respaldado por uma robusta estrutura legislativa nacional e internacional. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é o marco legal mais significativo no Brasil. Esta lei visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

No contexto do APH, a LBI estabelece diretrizes claras que impactam diretamente a atuação dos profissionais. O Art. 28, por exemplo, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas, a serviços de saúde, incluindo o atendimento de emergência. Isso implica na necessidade de adaptações razoáveis, provisão de tecnologias assistivas e a garantia de que os serviços de emergência sejam acessíveis em todos os seus aspectos, desde a comunicação até a infraestrutura (JUSBRASIL, 2015).

Internacionalmente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, reforça o compromisso do país com a promoção, proteção e garantia do pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência. A Convenção destaca a importância de medidas para assegurar o acesso à saúde, incluindo serviços de emergência, sem discriminação e em igualdade de condições com os demais. A falha em prover um atendimento adequado e acessível pode configurar violação de direitos humanos e acarretar responsabilidades legais para as instituições e profissionais envolvidos (BRASIL, 2009).

As responsabilidades legais dos profissionais e das instituições de APH em garantir a acessibilidade e a não discriminação são amplas. A omissão de socorro, por exemplo, é tipificada como crime no Código Penal Brasileiro (Art. 135). No entanto, a omissão de socorro a uma pessoa com deficiência, quando decorrente da falta de preparo ou de recursos para um atendimento inclusivo, pode ter implicações ainda mais graves, configurando discriminação. É fundamental

que os órgãos de segurança pública e saúde invistam na capacitação de seus profissionais e na adequação de seus recursos para evitar tais situações, garantindo que o direito à vida e à saúde seja efetivado para todos os cidadãos, independentemente de suas deficiências. A compreensão e aplicação dessas normativas são essenciais para a construção de um sistema de APH que seja não apenas eficiente, mas também justo e equitativo.

Perspectivas Futuras e Recomendações

A construção de um APH verdadeiramente inclusivo e equitativo para pessoas com deficiência exige um olhar prospectivo e a implementação de recomendações estratégicas. As lacunas identificadas nos protocolos, a necessidade de equipamentos adaptados e a importância da capacitação contínua apontam para um caminho de aprimoramento que deve ser trilhado por meio de ações coordenadas e multifacetadas (SILVA, 2023).

Pesquisas Futuras

Para embasar futuras políticas e práticas, é imperativo investir em pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre o APH para pessoas com deficiência. Estudos de caso que analisem a efetividade de intervenções específicas, avaliações de impacto de programas de treinamento inclusivo e análises de custo-benefício da implementação de equipamentos adaptados são exemplos de áreas que merecem atenção. Além disso, pesquisas que explorem a percepção e as experiências das próprias pessoas com deficiência em situações de emergência podem fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de soluções mais eficazes e centradas no usuário (RABELLO, 2024).

Colaboração Interinstitucional

A complexidade do atendimento a pessoas com deficiência no APH demanda uma abordagem colaborativa. A criação de parcerias estratégicas entre os Corpos de Bombeiros, Secretarias de Saúde, universidades, organizações não governamentais (ONGs) e associações de pessoas com deficiência é fundamental. Essa colaboração pode se manifestar na elaboração conjunta de protocolos, no desenvolvimento de programas de treinamento, na troca de experiências e na captação de recursos para a aquisição de equipamentos. A expertise de cada instituição pode enriquecer o processo, garantindo que as soluções sejam abrangentes e sustentáveis (BRASIL, 2023).

Para garantir a efetividade das ações implementadas, é essencial estabelecer mecanismos robustos de monitoramento e avaliação contínua do APH para pessoas com deficiência. Isso inclui a coleta sistemática de dados sobre o número de atendimentos, o tipo de deficiência dos pacientes, as dificuldades encontradas, os desfechos e o feedback dos usuários e de seus familiares. A análise desses dados permitirá identificar pontos fortes e fracos, ajustar as estratégias e promover a melhoria contínua dos serviços. A criação de indicadores de desempenho específicos para o atendimento inclusivo pode auxiliar na mensuração do progresso e na prestação de contas à sociedade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2024).

Em suma, o futuro do APH para pessoas com deficiência no Tocantins e no Brasil passa pela integração de conhecimento científico, inovação tecnológica, engajamento social e um compromisso inabalável com os direitos humanos. Ao adotar essas perspectivas e recomendações, é possível construir um sistema de emergência que seja verdadeiramente inclusivo, capaz de atender às necessidades de todos os cidadãos com dignidade e respeito.

Estudos de Caso e Exemplos Práticos de APH Inclusivo

A teoria e a legislação fornecem a base para um APH inclusivo, mas a aplicação prática e os resultados obtidos em diferentes contextos são fundamentais para ilustrar a viabilidade e os benefícios dessas abordagens. A análise de estudos de caso e exemplos práticos, tanto nacionais

quanto internacionais, pode oferecer insights valiosos e servir como modelo para a implementação de melhorias no atendimento a pessoas com deficiência (MOTA, 2024).

No Brasil, algumas instituições têm se destacado na promoção de um APH mais inclusivo. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), por exemplo, tem desenvolvido projetos e pesquisas focadas no atendimento a pessoas com deficiência visual e auditiva, buscando aprimorar suas técnicas e protocolos (SILVA, 2023; CAMPOS, 2020). Embora o documento original mencione a ausência de protocolos específicos, a existência de pesquisas e iniciativas internas demonstra um reconhecimento da necessidade e um esforço para preencher essas lacunas. A parceria entre o CBMTO e a UNITINS para a formação em Libras é outro exemplo positivo, que, se replicado e aprofundado, pode transformar a realidade do atendimento a pessoas surdas em emergências.

Outras cidades e estados têm implementado programas de treinamento e aquisição de equipamentos adaptados. Em São Paulo, por exemplo, o SAMU tem buscado integrar a comunicação alternativa e o uso de tecnologias assistivas em seus atendimentos, visando aprimorar a interação com pacientes com deficiência intelectual e TEA (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2024). Essas iniciativas, embora ainda não sejam universalizadas, demonstram que a inclusão no APH é possível e que há um movimento crescente para adaptar os serviços às necessidades de todos os cidadãos.

Internacionalmente, diversos países têm avançado na implementação de APH inclusivo. Nos Estados Unidos, a National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT) e a American Heart Association (AHA) têm incorporado diretrizes para o atendimento a pessoas com deficiência em seus cursos e manuais, enfatizando a importância da comunicação adaptada, do respeito à autonomia e do uso de equipamentos específicos (NAEMT, 2023). Organizações como a Disability Rights Education and Defense Fund (DREDF) têm trabalhado para garantir que os serviços de emergência sejam acessíveis e não discriminatórios, oferecendo recursos e treinamentos para profissionais de saúde.

No Reino Unido, o National Health Service (NHS) tem promovido a conscientização sobre as necessidades de pessoas com deficiência em emergências, desenvolvendo guias e materiais educativos para socorristas. A inclusão de módulos sobre deficiência nos currículos de formação de paramédicos e a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais em tempo real são algumas das práticas adotadas para garantir um atendimento mais eficaz e humanizado (NHS, 2024).

Esses exemplos demonstram que, com investimento em capacitação, adaptação de protocolos e aquisição de equipamentos, é possível construir um sistema de APH que atenda às necessidades de pessoas com deficiência de forma digna e eficiente. A troca de experiências e a adaptação de boas práticas internacionais podem acelerar o processo de inclusão no contexto brasileiro, especialmente no Tocantins, onde o estudo aponta para a necessidade de aprimoramento.

Apesar dos avanços e das boas práticas existentes, a implementação de um APH totalmente inclusivo enfrenta desafios significativos. A superação desses obstáculos requer um esforço contínuo e multifacetado, envolvendo políticas públicas, investimentos, capacitação e uma mudança cultural profunda.

Um dos maiores desafios reside nas barreiras atitudinais e culturais. O capacitismo, muitas vezes enraizado na sociedade e, consequentemente, entre os profissionais de saúde e segurança, pode levar a preconceitos, estereótipos e abordagens paternalistas ou discriminatórias. A falta de conhecimento sobre as diferentes deficiências e suas particularidades pode gerar insegurança nos socorristas, resultando em atendimentos inadequados ou na omissão de cuidados essenciais. A mudança dessa mentalidade exige programas de sensibilização e educação que promovam a empatia, o respeito à diversidade e a valorização da pessoa com deficiência como sujeito de direitos (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

A adequação da infraestrutura, a aquisição de equipamentos adaptados e a capacitação contínua demandam investimentos financeiros significativos. A escassez de recursos é um desafio comum em muitos sistemas de saúde e segurança pública, o que pode dificultar a implementação de melhorias. A busca por fontes de financiamento, a priorização de investimentos em acessibilidade e a otimização do uso dos recursos existentes são estratégias essenciais para superar esse obstáculo. Parcerias com a iniciativa privada e organizações internacionais também podem ser exploradas para viabilizar projetos de inclusão (SILVA, 2023).

O cenário das deficiências e das tecnologias assistivas está em constante evolução. A

manutenção e a atualização contínua dos equipamentos, dos protocolos e dos programas de capacitação são desafios que exigem planejamento e comprometimento a longo prazo. A criação de um sistema de gestão do conhecimento que permita a atualização constante dos profissionais e a incorporação de novas tecnologias e melhores práticas é fundamental para garantir a sustentabilidade das ações de inclusão no APH (MOTA, 2024).

A fragmentação dos serviços de saúde e segurança pública pode dificultar a coordenação do atendimento a pessoas com deficiência. A falta de integração entre os diferentes níveis de atenção (APH, hospitalar, reabilitação) e entre as diversas instituições envolvidas pode gerar descontinuidades no cuidado e comprometer a efetividade das intervenções. A promoção de uma abordagem intersetorial e a criação de redes de cuidado integradas são essenciais para garantir que a pessoa com deficiência receba um atendimento completo e coordenado em todas as fases da emergência e pós-emergência (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

A superação desses desafios não é uma tarefa simples, mas é um passo indispensável para a construção de um APH que seja verdadeiramente universal, equitativo e capaz de atender às necessidades de todos os cidadãos, sem exceção. O compromisso com a inclusão e a busca contínua por soluções inovadoras são os pilares para transformar o cenário atual e garantir que as pessoas com deficiência recebam o cuidado que merecem em momentos críticos (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Síntese de desafios e estratégias

Quadro 1. Síntese dos Desafios e Estratégias no APH para Pessoas com Deficiência

DESAFIOS IDENTIFICADOS	ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES
Barreiras de Comunicação: Dificuldade na interação com pacientes surdos (LIBRAS), cegos (audiodescrição) ou com TEA (linguagem simples, hipersensibilidade).	Capacitação em Comunicação Inclusiva: Formação continuada em LIBRAS (como a parceria CBMTO-UNITINS) e treinamento em comunicação alternativa (CAA) e verbalização detalhada.
Lacunas em Protocolos: Manuais de APH (nacionais e de corporações) não contemplam, de forma sistemática, orientações adaptadas às particularidades de pessoas com deficiência.	Revisão de Protocolos Operacionais: Inclusão de módulos específicos sobre manejo, técnicas de imobilização adaptada e abordagem comportamental em todos os manuais de APH.
Equipamentos e Infraestrutura: Ausência de equipamentos essenciais nas viaturas, como rampas de acesso adequadas e suportes acolchoados, apesar da existência de colares reguláveis e cadeiras dobráveis.	Adaptação de Recursos Materiais: Aquisição e atualização de equipamentos (macas adaptadas, rampas) e tecnologias assistivas para garantir um transporte seguro e humanizado.
Formação Insuficiente: Treinamento atual focado em técnicas gerais, sem abranger aspectos psicossociais, éticos e de manejo específico para a diversidade de deficiências.	Treinamento Baseado em Simulação: Uso de simulações realísticas envolvendo diferentes tipos de deficiência e inclusão de pessoas com deficiência na elaboração de treinamentos.
Barreiras Atitudinais: Risco de capacitismo, preconceitos e estereótipos por parte dos profissionais, gerando insegurança ou abordagens inadequadas.	Aplicação da Legislação e Humanização: Ênfase no cumprimento dos direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão e promoção de uma cultura de respeito e empatia.

Fonte: Autoria própria (2025).

Conclusão

Esta pesquisa, através de uma análise bibliográfica, destacou os consideráveis obstáculos que os bombeiros militares do Tocantins enfrentam ao prestar o primeiro socorro (APH) a indivíduos com deficiência. A investigação mostrou que, embora haja um aumento na percepção sobre a inclusão, ainda há falhas importantes nos guias, procedimentos e no treinamento das equipes de socorro para lidar com as características específicas desse grupo frágil. A inexistência de instruções padronizadas e personalizadas prejudica a igualdade no cuidado e vai contra os valores de inclusão definidos por leis nacionais e globais.

Verificou-se que a escassez de recursos especializados e a importância de aperfeiçoar a comunicação são entraves essenciais para um APH inclusivo e eficiente. Mesmo havendo progressos, como a inserção de aulas de Libras no ensino de militares no Tocantins, a aplicação de procedimentos que considerem a variedade de deficiências é imprescindível. O treinamento deve ir além do saber técnico, alcançando a empatia e a compreensão das carências pessoais de cada paciente, assegurando um cuidado atencioso e cordial.

Em resumo, a otimização do APH para pessoas com deficiência requer uma estratégia ampla, que envolva a correção e expansão dos materiais educativos e práticos, a disponibilização de recursos adaptados e a defesa da dignidade humana em todas as fases do cuidado. É crucial que as entidades de segurança pública e saúde invistam em formação constante, planejamento estratégico e na criação de protocolos técnicos próprios, com o propósito de garantir que todos os cidadãos, sem importar suas limitações, recebam o auxílio correto e inclusivo em momentos críticos.

Referências

ABRAVE. **Samu usa ambulâncias adaptadas e fora do padrão para vítimas graves.** Disponível em: <<https://www.abrave.org.br/categoria/adaptacao-de-veiculos-na-mobilidade-inclusiva/artigos/samu-usa-ambulancias-adaptadas-e-fora-do-padroao-para-as-vitimas-graves>>. Acesso em: 18 set. 2025.

APAE. **Métodos de Comunicação Alternativa.** Disponível em: <<https://apaecuritiba.org.br/metodos-de-comunicacao-alternativa/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2-11. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRAZILIAN JOURNALS. Primeiros socorros em escolas inclusivas: garantindo a segurança e a integridade dos alunos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, p. 5760-5775, 2023. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/72069>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CAMPOS, M. B. A capacitação dos socorristas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em Língua Brasileira de Sinais para o atendimento de pacientes surdos. 2020. Monografia (Especialização em Atendimento Pré-Hospitalar) - **Academia de Bombeiro Militar, Corpo de**

Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/121>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CASTRO, F. A. M. Promovendo a inclusão: uma análise do acesso e da acessibilidade da pessoa com deficiência ao curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar do CBMMA. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2275>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CBMDF. Manual de Atendimento Pré-Hospitalar. Disponível em: <<https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual%20aph.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CONDESSA, A. M. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial (visual e auditiva) aos serviços de saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/9ZB9378kNvMtDj4WyHp74cz>>. Acesso em: 18 set. 2025.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Manual de Bombeiros Militar: Atendimento Pré-Hospitalar. 2. ed. Belo Horizonte: CBMMG, 2024. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/746202669/MABOM-APH-2%C2%AA-Edicao-Versao-Digital-2>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DEFICIENTE CIENTE. Censo 2022: quem são as 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. 2025. Disponível em: <<https://www.deficienteciente.com.br/censo-2022-quem-sao-as-144-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

EDUCAMUNDO. 5 estratégias eficazes para inclusão de pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://educamundo.com.br/blog/estrategias-inclusao-pcd/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, A. S. M.; ALVES, L. F. Desafios e soluções para romper com as barreiras da acessibilidade física em hospitais. **Revista Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <<http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/handle/123456789/28805>>. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. **Agência de Notícias IBGE**, 23 maio 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com deficiência:** estimativas da PNAD Contínua 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/estatisticas>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

JUSBRASIL. Art. 28 da Lei nº 13.146 | **Estatuto Da Pessoa Com Deficiência.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/49549869/artigo-28-da-lei-n-13146-de-06-de-julho-de-2015>>. Acesso em: 18 set. 2025.

LOPEZ, M. H. **Protocolo para avaliação, planejamento e controle da acessibilidade às pessoas Surdas e com deficiência auditiva em serviços de saúde.** 2021. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229169>>. Acesso em: 18 set. 2025.

NHS. **Learning Disability and Autism.** Disponível em: <<https://www.england.nhs.uk/learning-disabilities/>>. Acesso em: 18 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York, 2006. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Disability and health.** Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Saúde da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/atencao_basica/pessoa_com_deficiencia/16314>. Acesso em: 18 set. 2025.

RABELLO, R. G. **Transtorno do espectro autista:** desafios e perspectivas no atendimento pré-hospitalar do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal. 2024. Monografia (Especialização em Atendimento Pré-Hospitalar) - Academia de Bombeiro Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/519>>. Acesso em: 18 set. 2025.

RODRIGUES, M. R. K. Estratégias e barreiras encontradas pela equipe de enfermagem na comunicação com pessoas com deficiência auditiva. **Revista Saúde Coletiva**, v. 9, n. 50, p. 188-195, 2019. Disponível em: <<https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/188/184>>. Acesso em: 18 set. 2025.

SANTOS, W. D. et al. Recomendações de acessibilidade para recursos educacionais abertos com foco em pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 29, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/rbie/article/view/3507>>. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, M. M. R. **O atendimento dos socorristas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal à pessoa com deficiência visual.** 2023. Monografia (Especialização em Atendimento Pré-Hospitalar) - Academia de Bombeiro Militar, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/455>>. Acesso em: 18 set. 2025.

SOARES, Lidiane Sacramento. LIBRAS na formação em saúde: impactos no atendimento a pacientes surdos. In: **Anais do I Congresso Internacional Multidisciplinar de Ciências da Saúde**, [S. l.], 2024. Disponível em: <<https://periodicos.newsciencepubl.com/ans/article/view/1494>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **UN 2013 global survey explains why so many people living with disabilities die in disasters.** Genebra: UNDRR, 2013. Disponível em: <<https://www.unrr.org/news/un-2013-global-survey-explains-why-so-many-people-living-disabilities-die-disasters>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **World must act on unacceptable failures to protect persons with disabilities from disasters.** Genebra: UNDRR, 12 out. 2023. Disponível em: <<https://www.unrr.org/news/world-must-act-unacceptable-failures-protect-persons-disabilities-disasters>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Unitins firma parceria com Corpo de Bombeiros para oferta do curso de tecnólogo em Segurança Pública aos militares.** Palmas: Unitins, 14 dez. 2021.

Disponível em: <<https://unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/3863-2021-12-14-unitins-firma-parceria-com-corpo-de-bombeiros-para-oferta-do-curso-de-tecnologo-em-seguranca-publica-aos-militares>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Recebido em 14 de outubro de 2025.
Aceito em 15 de dezembro de 2025.